

MARIO PEDROSA: A Revolução Ativa de Massa e a Autogestão

Em Mario Pedrosa vamos encontrar elementos fundamentais sobre o conceito gramsciano de ‘revolução ativa’, em sua obra de 1966, “A Opção Imperialista”) , mas que retoma ensaios da época em que estava exilado nos EUA.”A Opção Imperialista” traz um capítulo intitulado “ Reformas contra-revolucionarias “. Nele, Mario assinala que ,

“ O FATO DECISIVO, realmente, de toda essa época que se poderia chamar de nazi-rooseveltiana foi a transformação não somente política mas econômica por que passou o mundo.Não se pode compreender na sua essência e na sua dinâmica o complexo sócio-econômico capitalista ocidental de hoje sem a consciência clara e objetiva das transformações iniciadas com a grande depressão de 1929-30 e o Plano Marshall de 1947. Que se passou então? O capitalismo liberal, impotente para vencer a depressão e repor em marcha o mecanismo produtivo e econômico mundial, cedeu lugar a regimes transitórios e totalitários,cujo obscurantismo político,moral e cultural revelava profundo retorcimento da própria civilização ocidental. O terrível paradoxo foi que,no plano econômico e financeiro,aqueles regimes quebraram varias ortodoxias intocáveis do capitalismo clássico decadente. A época atual provem,em grande parte,daquele paradoxo.Conhece-lo é indispensável a compreensão dos acontecimentos e de muito dos traços característicos de agora.É o que nos propomos demonstrar neste capítulo.

A mais importante daquelas ortodoxias era a irremovibilidade do padrão ouro como fundamento sine qua non de todas as transações comerciais,financeiras do sistema capitalista dentro e fora das fronteiras nacionais dos países.Nos Estados Unidos,Roosevelt quebrou o padrão monetário do dólar,desligando-o do ouro,interveio nos bancos para controlá-los,lançou,segundo a receita keynesiana,vasto programa de obras públicas em pleno recesso,para absorver o desemprego em massa,enquanto na Alemanha Hitler,sem um tostão em ouro nos cofres do Tesouro Nacional,cria varias espécies de marcos,controla bancos,põe fábricas em funcionamento,mesmo sem levar em conta sua rentabilidade contábil e milhões de trabalhadores desempregados a abrir e pavimentar estradas para os futuros exercitos,contentando assim militares e oficiais ociosos e dando satisfação aos grandes magnatas do ferro e do aço, do carvão, da industria química e da eletricidade que o financiaram e cuja febril atividade encheria o país de quartéis, depósitos, fábricas, minas, armamentos de toda sorte. A Alemanha saiu da depressão,apresenta-se forte,com aparência de prospera.Hitler fez reformas, Mussolini fez reformas,mas essas reformas tinham socialmente,culturalmente,politicamente caráter anti-histórico e obscurantista:eram o que me permiti,então,chamar de "reformas contra-revolucionarias”.

Em nota de pé-de-página Pedrosa acresce,

A ascensão da classe operaria,que se fazia em nome dos direitos democraticos que ela ia conquistando, um a um, numa luta de sacrificios durante mais de um século, deixou de ser sua obra, para o ser de um punhado de especialistas e funcionarios, de burocratas que em nome dela decidiam de tudo, sem consultá-la. Ao contrario, mistificandó-a. Eis a essencia das reformas contra-revolucionarias da época. Eis ai porque fascistas e nazistas puderam organizar partidos de estrutura analoga a dos partidos comunistas e com tais metodos e instrumentos puderam fazer amplas incursões no seio do movimento operario,com os resultados que se sabe.

Para Pedrosa, as “reformas contra-revolucionarias” definiram toda uma época entre as duas guerras. Pedrosa define as alternativas políticas que surgiram nessa época; de um lado, “a solução fascista”, que

consistiu precisamente em deformar a economia do mercado livre, mas ao preço da extirpação das instituições democráticas. Os fascistas criaram as moedas dirigidas, intervieram no mercado de trabalho para impedir as greves, controlaram os bancos e, finalmente, para repor em marcha a economia, entregaram-se ao surto armamentista que constituiu o grande mercado para as forças produtivas, inativas até então por falta de escoadouros. Essa foi a reforma contra-revolucionária dos países fascistas totalitários.

Em relação a União Soviética, Pedrosa afirma:

Essas economias que proliferaram até a Segunda Grande Guerra, tiveram a sua expressão mais acabada sob o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão. Não foram, contudo, liquidadas com a guerra. Dariam lugar a formações idênticas, embora em graus de acabamento diferentes e de origens as vezes opostas. Hoje temos, sob outras formas políticas e com outra ideologia, sistemas econômicos semelhantes. A economia mais acabada nesse sentido é a da própria União Soviética[...].

Na Rússia, deu-se uma evolução no sentido da totalitarização da economia e da sociedade[...]. O Estado tornou-se senhor de todos os meios de produção. Nesta base, uma nova casta dominante surgiu[...]. Todas as formas de organização econômica e política perderam a sua autonomia, integradas no aparelho estatal. Não existe ali nenhum contrapeso de controle democrático. O estado dispõe ao mesmo tempo da totalidade do poder econômico e do poder político (PEDROSA, 1948).

Pedrosa analisa o resultado dessa situação, no campo teórico,

Nos partidos comunistas imperavam o monolitismo safado e, no fundo, retrogrado do stalinismo, a mais terrível estreiteza teórica e uma combinação do oportunismo com um sectarismo organizatório do mais completo feitio totalitário. A União Soviética fazia então uma política de feroz realismo nacional russo nos países ocupados (amigos ou inimigos) e no jogo com as outras grandes potências de um oportunismo realmente digno delas. Os socialistas (ou comunistas) restantes pelo mundo, quando lucidos, eram impotentes; quando carregando ainda poderosas massas trabalhadoras atrás deles, não tinham independência em face de seus respectivos governos nacionais e ainda mais rotineiros e sem princípios, no seu oportunismo visceral, que os stalinistas. Daí resultou a impotência teórica generalizada no mundo imenso do socialismo numa prática, conseqüentemente, inconsistente, contraditória, do mais baixo empirismo.

[...] Quanto a União Soviética, [...] retomava sua política de intensificação da indústria pesada, tentando aqui e acolá conquistar novas posições no exterior, na base da mesma velha estratégia de antes da guerra e de velhas formulações teóricas num mundo que assistia ao desmentido mais acabado as perspectivas socialistas, comunistas, marxistas quanto ao futuro do capitalismo; [...] O mundo está pagando caro essa impotência teórica.

Mario Pedrosa expõe, em detalhes o que chama de “arsenal totalitário das reformas contra-revolucionárias”:

Sob o regime das reformas contra-revolucionárias

institucionalizadas,inclusive nos países democraticos ocidentais,a eficiencia produtiva aumentou,a racionalidade economica cresceu,a cultura chegou as "massas",mas tudo em detrimento do homem,do homem com seus fins e aspirações contraditorias,substituidos esses por jornadas de trabalho cada vez mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia cada vez mais cheio de mata-tempos,distrações e divertimentos organizados,sistemas de informações crescentes em quantidade e relativa diminuição do valor,propaganda das vantagens da melhor democracia,da melhor cerveja,do melhor calista,do melhor negocio,da melhor igreja,do melhor cinema,circo ou jogo,do melhor politico,do melhor campeão,do melhor governo,do melhor trabalhador ou patrão,do melhor doutor,da melhor mãe,etc,etc.O melhor no pior tambem é objeto de admiração.Todas as manifestações culturais de nosso tempo participam desse otimismo,desse enfechamento sobre o presente - é o opio do povo.

Conclui Pedrosa,"As categorias sociais desaparecem,o homem é atomizado; é o ideal da democracia, da boa, isto é, representativa. Esse ideal foi criado pelo fascismo. É o que impera nos Estados Unidos". Essa é a essencia do neocapitalismo; neste contexto, qual o problema fundamental? Como repensar a estrategia revolucionaria?

Diz-nos Mario Pedrosa: "Por vezes,de certos circulos inesperados veem luminosas observações que ajudam a colocar o problema fundamental - de países subdesenvolvidos e massas trabalhadoras com suas aspirações sociais- em face do neocapitalismo,quer dizer,o problema da reforma ou revolução." Mario fala da obra de E.Staley, "O Futuro dos Países Subdesenvolvidos"(1963). Entretanto, será na obra de Myrdall,"An International Economy"(1956) que Pedrosa extrairá elementos fundamentais. Assim, Myrdal situa a questão:

[...]mas, mesmo assim, as reformas não são provavelmente dadas as pobres massas populares só por causa da racionalidade e benevolência das classes privilegiadas; como sempre previamente na história,as reformas têm de ser conquistadas pela luta, vencendo a resistência tenaz da maioria dos que têm aceitar sacrificios. E sem diminuir a importancia dos conselhos e da pressão de fora, como exemplificados pelos vários grupos das Nações Unidas, a luta decisiva tem de ser travada no terreno doméstico. As reformas terão de vir como resultado de um processo político de eficácia crescente.

Comenta Mario:

é que essas lutas, acarretam em si mesmas uma preparação,um exercicio educacional insubstituivel na democracia [...] Esse processo é cumulativo em caráter e, do ponto de vista oposto, nada é mais apto a fortalecer a base para os frágeis começos da democracia política nos países não desenvolvidos do que embarcarem com sucesso nas reformas necessárias para quebrar as desigualdades sociais e econômicas.

Essa visão de Mario Pedrosa está inspirada nos trabalhos de Andre Gorz, basicamente em "Estrategia Operária e Neo-Capitalismo"(1964): "Num livro sob muitos aspectos novo e construtivo pela originalidade e sobretudo pela maneira de repor o problema capital da estrategia da revolução socialista em nossa época[...].Vamos

seguir o pensamento de Pedrosa:

O problema da revolução nos países subdesenvolvidos é diferente, sem dúvida, do da revolução nos países de alta industrialização. A diferença maior, quanto a forma, está em que a velha alternativa entre a luta pelas reformas e a insurreição armada deixou praticamente de existir, principalmente nos velhos países altamente industrializados do Ocidente.

Mario fala do desenvolvimento tecnológico e as mudanças no que Marx chamava de "assalariados produtores".

A revolução socialista opõe ao consumismo alienante do neocapitalismo outra concepção das necessidades. É uma gigantesca tarefa social, econômica, cultural, ética, desalienante[...]. A reforma revolucionária nos países de neocapitalismo é a transformação deste, por dentro, em socialismo. Este se vai impondo e introduzindo na estrutura daquele até transformá-lo, fazendo dele o seu contrário. As nossas reformas são a revolução dos subdesenvolvidos- revolução mais ampla e menos definível, mais contraditória e complexa, mais impetuosa e mais plebeia, mais popular, isto é, menos homogênea socialmente... Ela também visa a dar às populações que vivem no interior de seu território um sentimento novo, o de uma participação coletiva num todo nacional cultural enfim acabado ou completo, capaz de falar, entender-se, comunicar-se com o mundo num acento que lhe é próprio.

Mario Pedrosa: Um projeto nacional Cultural

O Poder Nacional não pode antecipar-se ao estado fluidico da própria sociedade, e só alcançará a plenitude de sua força e de sua coesão quando aquelas classes (as "classes oprimidas") encontrarem, dentro do todo nacional, o seu lugar ao sol".
(Mario Pedrosa)

Retomando o livro de Mario Pedrosa, "A Opção Imperialista", vemos que Mario volta a um texto de 1948("Os socialistas e a guerra"), em que analisa os fenômenos do nazi-fascismo, do americanismo-fordismo, do stalinismo, emprega o conceito de "reformas contra-revolucionárias", para chegar a definição das revoluções nos países do chamado "Terceiro Mundo".

Vimos que este conceito tem afinidades com o gramsciano de Revolução Passiva, elaborado, sobretudo, no seu estudo sobre o americanismo, no QC número 22(1934). Gramsci põe o americanismo como uma das formas de revolução passiva, e pensa o seu corolário: a revolução ativa socialista.

Tal qual Gramsci nos anos 30, Pedrosa nos anos 40, tenta repensar a questão da

revolução no neocapitalismo, incluindo a questão dos países subdesenvolvidos. O velho debate Oriente x Ocidente. Pedrosa caracteriza o pensamento marxista e socialista no quadro da revolução passiva imperante em todo o período entre as duas guerras .

Nos partidos comunistas imperavam o monolitismo safaro e, no fundo, retrogrado do estalinismo, a mais terrível estreiteza teórica e, uma combinação do oportunismo com um sectarismo organizativo do mais completo feitio totalitário... Dai resultou a impotência teórica generalizada no mundo imenso do socialismo numa prática, conseqüentemente, inconsistente, contraditória, do mais baixo empirismo.

Para Pedrosa, a URSS agia na

base da mesma velha estratégia de antes da guerra e de velhas formulações teóricas num mundo que assistia ao desmentido mais acabado as perspectivas socialistas, comunistas, marxistas quanto ao futuro do capitalismo; este era, com efeito, capaz de novo surto de desenvolvimento de suas forças produtivas, por uma notável transformação de suas estruturas. O mundo está pagando caro essa impotência teórica[...] Não há, assim, por que se admirar se se dá com um mundo na mais formidável revolução tecnológica e mesmo científica de que há memória - mas engolfado ainda num primarismo político positivamente indecente.

Dai, a necessidade de repensar a questão da transformação social. Assim, Pedrosa afirma que o problema fundamental - de países subdesenvolvidos e massas trabalhadoras com suas aspirações sociais - em face do neocapitalismo, é o problema da reforma ou revolução.

Citando Myrdal, Pedrosa avança sua reflexão:

(...) Como sempre na História, as reformas têm de ser conquistadas pela luta, vencendo a resistência tenaz da maioria dos que têm de aceitar sacrifícios. Então, a luta decisiva tem de ser travada no terreno doméstico. As reformas terão de vir como resultado de um processo político de eficácia crescente.

Diz Pedrosa, “Assim, em lugar de condenar as lutas pelas reformas como um mal, o economista europeu socialmente consciente tende a considerá-las como inevitáveis e também fecundas. É que essas lutas, diz ele, acarretam em si mesmas uma preparação, um exercício educacional insubstituível na democracia. Myrdal que não é marxista, aproxima-se aqui do velho Marx na sua maneira propedéutica de educar democraticamente os povos e os homens na ação e pela ação.

Só reformas dessas é que não são “contra-revolucionárias”, mas reformas “revolucionárias”. Para os subdesenvolvidos não há outras. Pedrosa afirma a “necessidade, a fecundidade da intervenção ativa do povo na efetivação das reformas verdadeiras, estruturais; sem essa intervenção não poderão elas vingar[...]. A

experiência histórica tem mostrado que ao concorrer para a melhor organização dos elementos de defesa e afirmação social das camadas populares e proletárias da sociedade vai a luta de classes perdendo em violência, em virulência, em explosões súbitas, como outrora, de rebeldes famintos, de escravos oprimidos, de negros perseguidos (nos EUA e na África, e outrora no Brasil, no Haiti) e a se desenrolar em processos de luta organizados, bem delimitados, viris mas disciplinados.

Adiante define que “As reformas de estrutura de que tanto se fala, precisam de dois requisitos para assim serem definidas: participação direta, cooperação ativa na sua execução, do povo, das camadas de rendas baixas e medias, ao contribuírem para “controlar o consumo dos ricos”, e término da exploração das massas proletárias pelo imperialismo”.

Aqui, Pedrosa aproxima-se da definição de hegemonia. Citando o “velho marxista Karl Kautsky”, do “Caminho do Poder”(1909):

a “revolução proletária” seria dirigida - nos países de alto desenvolvimento naturalmente- por uma classe operária senhora de seus destinos, tendo o que perder, rica em quadros experimentados em todos os setores da vida social e cultural, forte de suas poderosas organizações sindicais, políticas, culturais, etc... A luta de classes, assim -e o pensamento vem direto de Marx e de Engels- não é necessariamente um processo de agravamento de violências e subversões, nem de caos, mas pode ser um processo de disciplina, educação e criatividade das massas proletárias.

Neoliberalismo, mundo do trabalho e autogestão

Pedrosa dialoga com Gorz (“Estratégia Operária e neo-Capitalismo”-1964), para retomar suas questões sobre “revolução e reforma”, “Ocidente e Oriente”.

Num livro sob muitos aspectos novo e construtivo pela originalidade de conceitos e sobretudo pela maneira de repôr o problema capital da estratégia da revolução socialista em nossa época, Andre Gorz retoma de alguma forma a questão da natureza das reformas e contra-reformas, revolução e contra-revolução de que é tão cheia nossa época... Gorz trata o problema posto por nós nos idos de 40: a natureza de certas transformações havidas ou por haver no funcionamento ou nas estruturas do capitalismo. Gorz dirige-se especialmente ao movimento socialista nos países desenvolvidos da Europa ocidental. Dir-se-ia não nos tocar. Engano.

O problema da revolução nos países subdesenvolvidos é diferente, sem dúvida, do da revolução nos países de alta industrialização. A diferença maior, quanto a forma, está em que a velha alternativa entre a luta pelas reformas e a insurreição armada deixou praticamente de existir, principalmente nos velhos países altamente industrializados do Ocidente. Quanto a força motriz dos movimentos, contrariamente ao que se pensa, continua nos países de alto desenvolvimento, a poder ser representada pela classe trabalhadora redefinida. Os “assalariados produtores” a que se referia Marx não podem mais ser confinados a noção de “trabalhadores manuais, criadores de mais-valia”, pagos por peça ou hora. O desenvolvimento tecnológico e produtivo ampliou extraordinariamente essa noção.

No “capitalismo global”, diz Pedrosa,

a alienação que outrora recaía sobre os operários, como produtores mutilados pela sua concentração nas tarefas parceladas na fábrica, agora se completa quando ele aparece como consumidor, ao qual a publicidade arrebatou a possibilidade de escolher ou mesmo de reconhecer suas próprias necessidades pessoais.

Para Pedrosa, esse capitalismo global é resultante das reformas contra-revolucionárias dos anos 20 e 30.

Sob o regime das reformas contra-revolucionárias institucionalizadas, inclusive nos países democráticos ocidentais, a eficiência produtiva aumentou, a racionalidade econômica cresceu, a cultura chegou às “massas”, mas tudo em detrimento do homem, do homem com os seus fins e aspirações contraditórias, substituídos estes por jornadas de trabalho mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia cada vez mais cheio de matutinos, distrações e divertimentos organizados, sistemas de informação crescentes em quantidade e relativa diminuição do valor, propaganda das vantagens da melhor democracia, da melhor cerveja, do melhor calista, do melhor negócio, da melhor igreja, do melhor cinema, circo ou jogo, do melhor político, do melhor campeão, do melhor governo, do melhor trabalhador ou patrão, do melhor doutor, da melhor mãe, etc... Tudo isso vem do arsenal totalitário das reformas contra-revolucionárias. As categorias sociais desaparecem, o homem é atomizado; é o ideal da democracia, da boa, isto é, representativa. Esse ideal foi criado pelo fascismo. E’ o que impera nos Estados Unidos.

Claramente, vê-se que Pedrosa assimilou profundamente sua vivência nos EUA.

Nos Estados Unidos, o mecanismo da produção em massa do neocapitalismo criou uma suprema categoria social, medida pelo maior número de bens duráveis que possui um cidadão. A classificação do homem na sociedade tende a desligar-se de seu trabalho e de sua função na produção para caracterizar-se pelo grau de seu consumo(...). Ao fabricar em massa as coisas mais espontâneas ou casuais, por definição artesanais ou do fazer manual, são institucionalizadas, como a torta, a maionese, a pipoca, o sorvete, o brinquedo, a gravata, o bonde, o berimbau, o saxofone, a esteira, o rosário, o santo, a imagem, a lembrança, o amor, o casamento, etc. Assim, a população inteira, todos os dias, de norte a sul, de leste a oeste do país, come a mesma torta, a mesma salada, nas mesmas horas, de alto a baixo da escala social.

Para Mario,

a revolução socialista opõe ao consumismo alienante do neocapitalismo outra concepção das necessidades. É uma gigantesca tarefa social, econômica, cultural, ética, desalienante. A equipe dos trabalhadores cientistas representa papel primordial. Onde o trabalho é parcelado, é subordinado a uma norma de rendimento, onde produz fadiga nervosa e física, periodicamente, sistematicamente, onde se faz um ambiente de massa ou coletivo, seriado, mas no qual não tem o trabalhador uma visão de conjunto do produto em elaboração, onde o estatuto pessoal do trabalhador é subsumido no grupo ou categoria na fábrica, no laboratório, no escritório, na empresa, no empreendimento, onde as relações pessoais entre o trabalhador, o assalariado individual e o diretor, o gerente, o patrão, não existem mais - estamos em face do produtor assalariado, seja um trabalhador manual, um operário qualificado, um técnico, um engenheiro, um pesquisador, um sábio. E na categoria de produtor assalariado são todos membros, potencialmente, essencialmente, da classe operária. Não é o capitalismo, nem mesmo o

neocapitalismo que dispõe ainda de fronteiras abertas. O mundo do trabalho é o mundo de fronteiras abertas; ele não pode, porém, como mostra Belleville (“Une Nouvelle Classe Ouvrière”-1963), esperar passivamente que suas fileiras cresçam. Tem ele, em compensação, a possibilidade de reivindicar as fronteiras novas. Compete a ação sindical moderna esse reivindicar de novas fronteiras para o trabalho.

Uma civilização do trabalho, obra da praxis da classe operária e a alternativa a civilização neocapitalista.

Bases de um Projeto nacional cultural

Pedrosa retoma sua questão da reforma.

A reforma revolucionária nos países de neocapitalismo é a transformação deste, por dentro, em socialismo... As nossas reformas são a revolução dos subdesenvolvidos - revolução mais ampla e menos definível, mais contraditória e complexa, mais impetuosa e mais plebeia, mais popular, isto é, menos homogênea socialmente. Ela é todo um processo de mudanças contínuas nas estruturas da sociedade, desde uma alteração profunda no dinamismo social das populações rurais, em que uma velha classe de proprietários fundiários desaparece para dar lugar a uma nova classe de capitalistas agrícolas em face de um novo proletariado rural direta e organizadamente assalariado, a uma modificação não menos radical na ordem econômica geral, com crescimento considerável do setor da propriedade pública até colocar sob o seu controle as principais alavancas de comando da economia nacional. O peso específico da classe trabalhadora tende a aumentar e o crescimento das forças produtivas irá depender de mais a mais das técnicas de planejamento e de uma política de investimentos de caráter acentuadamente social. Ela também visa a dar as populações que vivem no interior de seu território um sentimento novo, o de uma **participação coletiva num todo nacional cultural** enfim acabado ou completo, capaz de falar, entender-se, comunicar-se com o mundo num acento que lhe é próprio (grifo nosso).

Segue Pedrosa,

Esse é o modelo que a história e a experiência empírica têm elaborado para o Terceiro Mundo. As revoluções dos países do Terceiro Mundo tendem a refletir-se umas sobre as outras e a revelar uma face internacional cada vez mais pronunciada. As revoluções nacionais dos subdesenvolvidos têm não só problemas comuns mas também inimigos comuns. Elas não podem vencer sem uma reforma profunda na estrutura do comércio internacional e, logo, da economia internacional[...] A revolução dos subdesenvolvidos é absolutamente antiimperialista. A luta antiimperialista, para ser vitoriosa, tem de ser levada a efeito numa frente comum dos países subdesenvolvidos, como sua política permanente, independentemente de conjunturas nacionais críticas ou crônicas[...]. Nessa política externa está contida a condição fundamental para a realização do objetivo nacional permanente - a emancipação. As tarefas internas urgentes serão irrealizáveis - ou para realizá-las o esforço e o sacrifício serão ainda mais penosos - sem uma ação coletiva das nações incompletas em marcha para a integração nacional no plano regional e no plano internacional.

A Revolução Dupla (Anti-imperialista e Anti-capitalista)

A revolução dos subdesenvolvidos é assim dupla: a emancipação nacional em face dos interesses imperialistas alheios e contrários. A emancipação social das classes oprimidas e de baixos e médios rendimentos, internamente. Não basta que desenvolvamos ou criemos uma indústria, equipando-a com todos os recursos de que precise, arrancando os capitais onde estiverem para aquele fim, mas - nas próximas décadas - já não se poderá tolerar que essa tarefa se faça exclusivamente às custas da miséria das nossas populações. É preciso que ao mesmo tempo se alimente o povo, se vista o povo, se abrigue o povo, se o eduque, para uma nação moderna e modernamente equipada. O controle das rendas terá de ser severo, o controle dos investimentos implacável, a redução dos ganhos improdutivos será uma necessidade, a standardização dos bens de consumo e duráveis uma imposição social, o monopólio do comércio exterior e do câmbio sem brechas, prioridade absoluta dos instrumentos públicos de ensino e educação tecnológica para o povo (inclusive guerra ao analfabetismo); destruição do velho aparelho estatal e sua remodelação completa para servir as transformações da economia e da sociedade, abolição das forças armadas e sua substituição por milícias populares, aproveitamento de seus serviços técnicos e industriais para aplicações civis no desenvolvimento das infra-estruturas sociais e económicas.

Não há, assim, reformas de meio termo para contentar alguns grandes Estados ricos e protetores. Toda reforma que nos países subdesenvolvidos se confine às alterações administrativas, técnicas ou legais de ordem interna, será reforma tipicamente contra-revolucionária, pois visa a enquadrar ou calcificar a subordinação da economia primária a do Estado ou Estados imperialistas, controladores dos recursos financeiros internacionais.

Não emancipa o país. Ao contrário. E implica a permanência no estágio da estagnação ou dos níveis do subconsumo ou da mediocridade. Quer dizer da dependência.

Nos países altamente industrializados, o problema da revolução ou reforma contra-revolucionária é diferente. Andre Gorz o coloca nos seguintes termos: “É possível do interior do capitalismo - quer dizer, sem antes o ter abatido - impor soluções anticapitalistas que não sejam incorporadas e subordinadas ao sistema?”. E ele volta à velha questão: reforma ou revolução? Era questão primordial quando o movimento parecia ter a escolha entre a luta pelas reformas ou a insurreição armada. Não é mais o caso da Europa Ocidental. E por isso mesmo a questão já não tem a forma de alternativa. A questão agora diz respeito à reforma. Mas, sustenta Gorz, trata-se de saber se são possíveis o que chama de “reformas revolucionárias”, ou “reformas que vão no sentido de uma transformação radical da sociedade”.

A Autogestão Socialista

“Onde a liberdade individual é subjugada? no setor mais importante da vida moderna, no local

de trabalho, na oficina, na fabrica,na
empresa.Como é possível reinar af a autocracia e
a liberdade em outras partes ?”

“Eis o Socialismo. Mas deixemos o galo cantar ainda na
madrugada”.
(PEDROSA, 1966)

Podemos afirmar que toda a obra de M.Pedrosa, intitulada “A Opção Imperialista”(1966), tenta responder a pergunta que citamos acima;e que, sua resposta ao aplicar o marxismo de “O Capital” ao processo de produção capitalista da grande ‘corporação’ norte-americana,ponta de lança,vanguarda do Capital, é a do socialismo com base na autogestão.É o que veremos adiante!

Para Mario, a grande crise de 1929 e o advento dos regimes fascistas na Europa trouxe um fenomeno novo,que causou perplexidades nas arraiais dos socialistas e comunistas. Nessa atmosfera surgiram as reformas-contra-revolucionárias, inéditas: eram dirigidas contra o capitalismo liberal, eram reformas “anti-capitalistas”, de alguma forma.

Gorz, segundo Pedrosa, fala de “reformas revolucionarias”:. as que vão no sentido de uma transformação radical da sociedade. “Ele tomou a questão pelo seu lado positivo, e nós, pelo negativo, numa situação anterior, bem diferente da em que escreveu seu livro,em 1964”. Na verdade, nos anos 40, Pedrosa analisou o fenomeno das “revoluções passivas” e, Gorz, nos anos 60, analisa seu corolário, as “revoluções ativas”.

As reformas estruturais, revolucionárias, não tratam de delegar ao Estado a tarefa de emendar o sistema. Diz Mario:

Emendar o sistema não é a tarefa dos subdesenvolvidos: estes o que têm a fazer é CRIAR um sistema, o sistema deles,um sistema novo.A reforma de estrutura é para o autor aqui comentado uma **reforma aplicada ou controlada pelos que a reclamam**. O que importa é que surjam de todos os campos novos centros democraticos de poder - ao nivel das empresas,escolas,municipalidades,regiões,orgãos de planejamento,etc. [grifo nosso]

Aqui, Pedrosa nos fala da autogestão social,um dos elementos da revolução ativa de massa.

Izabel Loureiro,em texto para o Seminário do centenário de Pedrosa,captou muito bem a proposta de Mario,inclusive,mostrando como está aprofundada em relação à época da “Vanguarda Socialista”.

Numa critica ao socialismo burocrático,Mario defende a ideia de que uma sociedade socialista é aquela em que os indivíduos se autodeterminam a partir da esfera da produção: é portanto em primeiro lugar em torno da

empresa e na empresa que gira a luta pelo socialismo. A verdadeira transformação econômica socialista só ocorrerá no momento em que a empresa for “uma comunidade cooperativa e não uma organização antagonica (“A Opção Imperialista” ,pág. 394), em outras palavras, no momento em que deixar de existir a separação entre dirigentes e executantes, ou seja, quando for implantada a autogestão ou gestão coletiva da produção (...).

Segue Loureiro:

As ideias de Mario a respeito da autogestão são bastante rápidas, mais indicativas de uma direção do que propriamente de uma reflexão original, em que retoma a tradição conselheira, aliás mencionada por ele (revolução alemã, conselhos de fábrica de Turim, Frente Popular na França, Barcelona da Guerra Civil e, bem entendido, os soviets russos (p. 354-5).

E “o que garantiria a vitória da revolução, tanto na metrópole como na periferia, é que ela seria feita e controlada pelo poder popular. São necessário “novos centros democráticos de poder” (empresas, escolas, municípios, regiões, etc.), ou seja, descentralização do poder de decisão, restrição aos poderes do Estado e do capital, “uma extensão do poder popular, quer dizer, uma vitória da democracia sobre a ditadura do lucro” (p. 324). Assim como no VS, Mario continua a pensar que o controle dos trabalhadores sobre toda a vida social é o caminho para o socialismo democrático, e este começa já, “antes da tomada do poder”.

É verdade o que nos diz Loureiro sobre a ausência de uma reflexão original sobre a autogestão por parte de Pedrosa. Todavia, Mario sempre escreveu de uma forma ‘barroca’, nos obrigando a um olhar muito apurado embaixo da ‘nevoa embruxadora’, termo que gostava de usar, de seus escritos. Deste ponto de vista, na parte III de seu livro, intitulada “Os Órgãos Supremos do Imperialismo”, no capítulo dedicado a ‘grande corporação’ norte-americana, que o ‘velho’ Pedrosa, baseado em “O Capital”, mostra como a autogestão é o conteúdo do socialismo. É assim, analisando a principal criação do Capital, que Mario desenha o que deveria ser o futuro do trabalho liberto do capital.

Mario não chega à autogestão, apenas ou somente, através das lutas operárias, mas o que é fundamental, analisando as relações entre os 3 eixos do núcleo de metabolismo do Capital (Meszaros), o Estado, o Trabalho e o Capital. Sem dúvidas, uma influência do método dialético dominante na Tendência dirigida por CLR James e Raya Dunayevskaia, em seus estudos sobre o movimento operário norte-americano. Com uma leitura deste tipo, João Bernardo definiu “A Opção Imperialista”, “entre as mais notáveis da literatura marxista mundial”.

Possivelmente, Loureiro, como aconteceu em sua leitura de Mario, na Tese

sobre “vanguarda Socialista”, em que o classifica de ‘marxismo eclético’, como diz o próprio Mario em relação a James Burnham: “Ouviu cantar o galo, mas não soube onde!”

Para Pedrosa “a questão do destino da grande corporação na própria sociedade americana é de importância incommensurável”, e que, “O problema sai do campo de uma técnica econômica para um campo bem mais vasto da teoria social ou organizatória da sociedade”. Nesta pisada, o pernambucano de Timbaúba nos leva à Autogestão Social.

Mario inicia dizendo que ‘por toda parte, a burocracia tende a usar o Estado como sua propriedade privada’, nos EUA, “uma formação social, senão nova, amadurecida e consciente de seu poder, a oligarquia dos dirigentes das grandes corporações, tende a dar aos negócios do Estado a tônica de sua presença”. Para ele, a “essência da corporação moderna” é guardar as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo enredar em torno de si mesma a trama das relações públicas.

Baseado em uma ampla literatura norte-americana da época*, Mario mostra como a corporação “levanta incessantemente problemas de poder”, além de identificar “um padrão de distribuição de seus lucros que sugere uma **eventual socialização não-estatal desses lucros**” [grifo nosso].

Em sua análise, Mario traça uma contradição fundamental na dinâmica da grande corporação; a crescente separação entre a Propriedade e o Controle. Contradição que, no Direito americano da época, se traduz em “aplicar à ‘corporação quase pública’ a tradicional lógica da propriedade”. Para Pedrosa, “A evolução do processo é, como se vê, no sentido de **desapropriar os proprietários capitalistas em benefício do pessoal de dentro da sociedade**” [grifos nossos].

A propriedade privada vai sendo expelida da grande unidade produtiva, que é a corporação. Mas, para Mario, na forma jurídica, “o grupo de direção continua a gerir e controlar a corporação para o benefício dos proprietários”. Cita, então, o jurista francês George Ripert: “o direito civil não conhece a empresa, mas só o proprietário”. E que “a lei não cobre a complexidade dessa entidade nova que é a corporação... Os tribunais não estavam capacitados para julgar”. Ou Berle, quando diz que “Separam-se propriedade e direção (controle). Os acionistas são os proprietários da exploração, mas não podem dirigir-las eles próprios. Assim o proprietário não é mais o empresário”.

Essa contradição, segundo Mario, tornaria “o processo histórico irreversível [por] tornar independente, autônoma a corporação como um todo e dentro dela, dar o poder ao grupo controlante. **Marx previu e descreveu o processo** quase 70 anos antes.

Veremos adiante [grifos nossos]”, conclui Pedrosa.

Marx, há cem anos afirmava que o capitalista investidor derivava a pretensão ao lucro da empresa [...] não de sua propriedade de capital mas de ‘sua função na produção’ distinta da forma na qual ela é apenas propriedade inerte. Isso aparece como contraste onde quer que ele trabalhe com capital emprestado, de modo que lucros e interesse da empresa cada qual vai para diferentes pessoas.

Em nota de pé de página, Mario esclarece:

Ora, é precisamente esta a grande tese de Marx. Ainda aqui foi o primeiro a ver no funcionamento moderno das sociedades por ações, no desenvolvimento prodigioso do sistema de créditos, as premissas organizatórias, técnicas, políticas e funcionais para a nova ordem de produção. As páginas condensadas de O Capital sobre as sociedades por ações assim demonstram.

Citando Hilferding (“Das Finanzkapital”):

Em sua obra clássica, ao tratar da questão e referindo-se à contribuição de Marx, escreve: “Nossa concepção da economia da sociedade por ações vai além da exposta por Marx. Marx apreende em seu esboço genial – a parte da execução que lhe ficou infelizmente vedada – o papel do crédito na produção capitalista, a formação da sociedade por ações como consequência do crédito e traçou suas consequências”. E com toda a razão, Hilferding conclui o que Marx considerara antes de tudo “foram as consequências econômico-políticas do papel da sociedade por ações.

Mais adiante :

Como se vê, o segredo da direção empresarial das grandes corporações é velho com a Sé e o velhíssimo Marx o define em termos que o presidente da DuPont Company, Sr. Crawford H. Greenewalt, repetiu, quase cem anos depois, como se o tivesse lido: Talvez a melhor analogia com o trabalho do executivo é o condutor de sinfonia sob cujas mãos uma centena ou por aí de especialistas altamente qualificados e muito diferentes se ajustam num único esforço de grande eficácia.

Assim, diz Pedrosa:

Marx reconhece ser isso uma espécie de ‘trabalho produtivo que tem de ser exercido em todo modo de produção que requeira uma combinação de trabalho[...], esse trabalho de superintendência necessariamente surge em todos os modos de produção, que se baseiam no antagonismo entre o trabalhador como produtor direto e o dono dos meios de produção.

Para Mario, citando “Philosophy of Manufacturers” de Ure: “As fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista se tornou justamente tão ‘superfluo’ como agente na produção, como ele mesmo, na sua forma mais desenvolvida, acha superfluo o proprietário da grande propriedade territorial”.

Mario considera, então, dois planos da grande corporação:

- 1) a autonomia da empresa em relação ao mundo exterior;
- 2) a sua evolução internamente para chegar a ser “uma **comunidade cooperativa** e não uma organização antagonista” [grifos nossos].

“Levando-se o pensamento até mais adiante poder-se-ia dizer – o comunismo não é a norma de ‘ cada um, segundo suas necessidades’, mas antes, dentro da empresa,o momento em que a vigilância ou a superintendência se socializa”,em outras palavras, a autogestão.

Assim, “A análise de Marx sobre o processo de produção capitalista na empresa é de maior alcance que a dos economistas e mesmo juristas que se debruçaram sobre o problema. Afastando o enredado de relações puramente jurídicas e financeiras, que encobrem o fenômeno social que se está processando com a famosa separação da propriedade e do controle do capital, o processo de produção ‘é simplesmente um processo de trabalho’.

Para Mario, neste debate, Marx traz um elemento novo “O Trabalho”. A seu modo irônico de “ir às realidades concretas”, pergunta: “Que tem com efeito,o trabalho com essas altas questões de propriedade, de lucro, de juros, de interesses e e direção nas corporações em que são dezenas,centenas de milhares? Nada. São instrumentos [...] de trabalho”.

Pedrosa destaca a originalidade da análise de Marx:

No estudo específico da sociedade por ações,em seu aparecimento moderno,Marx introduz outras categorias que lhe vão permitir encara-la no seu dinamismo e não estaticamente.nela o capital apóia-se ‘num **modo socializado de produção** e de força de trabalho e se reveste diretamente da forma de capital social (**capital diretamente de indivíduos associados**) distinto do capital privado. A sociedade por ações assume a forma de empresas sociais distintas das individuais. É a **abolição do capital como propriedade privada** dentro dos limites da própria produção capitalista [grifos nossos].

Seguindo com as ideias de Marx, Mario continua sua análise:

Nas sociedades por ações a separação que se verifica não é apenas a função que é separada da propriedade do capital,mas – e Marx insiste em dizer e incluir tal separação na análise de todo o processo – **o trabalho naturalmente é separado por completo da propriedade dos meios de produção e da mais-valia do trabalho.**

Segundo Mario, “desde 1865, quando Marx escrevia as linhas acima, até 1890, quando ENGELS editou o terceiro volume”. O colaborador e editor da obra resume a análise:

Isto é a abolição do modo capitalista dentro da própria produção capitalista” e acrescenta,numa expressão que vai inspirar Schumpeter (“Capitalism, Socialism and Democracy”,1914) a formular sua talvez tese básica sobre o desenvolvimento do capitalismo – “uma autodestrutiva contradição”, que representa em sua face mera fase de transição a nova forma de produção...É a produção privada sem o controle da propriedade privada.

Enfim, ainda na pisada de Marx, Pedrosa fecha essa parte de sua análise:

As companhias por ações, prossegue Marx, põem a nu o antagonismo, o tornam visível: se os meios sociais da produção são propriedade privada, a conversão à nova forma de ações ainda permanece nos limites do capitalismo. Assim, em lugar de superar o antagonismo entre o caráter social da riqueza e seu caráter privado, aquelas companhias desenvolvem o antagonismo até uma nova forma. As **fábricas de cooperativas dos próprios trabalhadores** representam **dentro da velha forma os primeiros começos da nova**, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir, por toda parte, na prática da organização, todas as limitações do sistema prevalecente. Nestes, contudo, **o antagonismo entre capital e trabalho é superado**, pois os **próprios trabalhadores se fazem seus próprios capitalistas**, o que lhes possibilita usar os meios de produção para o emprego de seu próprio trabalho. Eles **mostram o caminho pelo qual um novo modo de produção pode naturalmente surgir de um velho**, quando o desenvolvimento das forças materiais da produção e das formas correspondentes da produção social alcança um certo estágio. As companhias por ações capitalistas, bem como as fábricas cooperativas podem ser consideradas como **formas de transição do modo capitalista ao modo associado**, com esta distinção – o antagonismo é enfrentado negativamente numa, positivamente noutra.

E, tenta, via Marx, explicar essa forma dupla de antagonismo: “Marx tenta explicar essa fórmula algo vaga de distinguir as duas formas de produção em que o capital já se apresenta socialmente e não privadamente.” O salário de superintendência, tanto do gerente comercial como do industrial, aparece completamente separado dos lucros da empresa nas fábricas cooperativas dos operários como nas sociedades por ações. A separação dos salários da superintendência dos lucros da empresa, que é em outros casos acidental, aqui é constante. Na fábrica cooperativa o caráter antagônico do trabalho de superintendência desaparece, uma vez que o gerente é pago pelos trabalhadores em lugar de representar o capital contra eles”.

Fechando esse capítulo 12, Mario Pedrosa põe os pontos nos ii, numa verdadeira Proclamação da Autogestão:

Os teóricos e panegiristas da corporação pretendem ter ela ultrapassado a esfera do capitalismo econômica, social, cultural, científica, tecnológica do país, o móvel íntimo que a impele, que a dirige e a põe em movimento é ainda privado. Sua finalidade intrínseca é – em última ratio – o lucro, o lucro que, se dispersa em parte, se acumula também, se concentra em relativamente poucas mãos, estas as dos proprietários de fato, os grandes, os que decidem dos destinos da corporação; é, pois, ainda um lucro de fato privado, personalizado.

E, arremata:

Não é, pois, ‘socialista’, mas ‘feudalista’. Assim, para transformar-se não será preciso muito, apenas uma alteração nas relações jurídicas que a regem, redefinindo-a na ordem do Estado; dentro dela, há que fazê-la passar à **gestão coletiva**, segundo o princípio de que não pode mais haver separação entre direção e execução, dirige quem executa, executa quem dirige, são dirigentes os que trabalham, são trabalhadores os que dirigem. dentro dela os que trabalham são todos, em maior ou menor grau, trabalhadores produtivos. Os

trabalhadores não querem mais ser um parafuso mecânico na engrenagem produtiva. Querem saber o que estão fazendo, ter participação no processo total, tomar conhecimento de para onde vão, deixar de ser alienados no processo social do trabalho de que são, peças.

E conclui, na linha da autogestão, inclusive citando a experiência da Yugoslavia:

A direção capitalista da corporação, com toda a sua abertura progressista, é alienante, antisocial e reacionária, privatista. Se ela quer fazer do Estado seu Estado, mas sem intermediários, sem representantes, isso corresponde, em planos paralelos, à reivindicação mais profunda e de maior alcance social e cultural dos trabalhadores dos países de alto desenvolvimento, na Rússia como nos Estados Unidos, na Inglaterra como na Alemanha, Suécia e até na Yugoslavia, onde há um esforço conscientemente oficial nesse sentido: o de que as funções gestórias sejam coletivas, não havendo mais lugar para medianeiros e representantes seus na produção, mas eles mesmos, como trabalhadores, como produtores, com sua experiência, seus conhecimentos, seu ângulo de visão próprio. A “democracia direta” que proclama Rosseau como meio de exprimir a vontade do povo ou da maioria é aí que se manifesta ou se pode realizar. O conceito de representação da vontade do povo, da maioria, deve ser arquivado num museu de antiguidades pertenceu a uma outra civilização, civilização de minorias que encontrou no mecanismo das representações o segredo da perpetuação do seu poder, de sua riqueza e propriedade. A vontade da maioria não é o monstro abstrato incapaz de expressar-se a si mesmo inventado por Rosseau. É hoje um conceito manejável, sociologicamente verificável, que se exprime diretamente de mil maneiras e em mil escalões, nos limites dos vários ‘todos sociais’ de que se compõe a sociedade. Mas é sempre uma relação direta e mútua, como corrente e contra corrente, entre dirigentes e executantes. Quer dizer sempre intercambiável. **Eis o socialismo. Mas deixemos o galo cantar ainda na madrugada** [grifos nossos].

O “braseiro revolucionário dos soviets”

Mas, em páginas anteriores, Pedrosa se pergunta sobre esse processo nos Estados Unidos.

O que estamos vendo nos Estados Unidos não é propriamente tentar-se fazer da cooperação empresa já socialista ou socializante. Mas é proclamar o sistema econômico americano como um sistema tendo ultrapassado o capitalismo e se transformado num sistema também ‘social’ ou com as vantagens, apenas proclamadas, apenas teóricas do socialismo, já realizadas. Então o que se tornou ‘superfluo’ não foi o ‘capitalista’ mas a revolução socialista, a ‘expropriação dos expropriadores’.

Analisando a revolução tecnológica da informática e da automação, Mario diz que, “O que Marx descreve é o capitalismo chegado ao apogeu de seu desenvolvimento tecnológico, dos novos métodos de produção (Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie, Rohentwurf, 1857-1858. Dietz, Berlim, 1953).

Pedrosa faz referências às lutas operárias, os CONSELHOS OPERÁRIOS na Alemanha.

Ao sair da guerra vencido e empobrecido, a social democracia alemã assumia timidamente o poder, sob pressão de um proletariado que iniciava mal e atabalhoadamente, na empresa, na fábrica, uma luta insurrecional pelo

poder, através dos conselhos de empresa que se espalharam por toda a Alemanha e acabaram por ter a chancela, no papel, de um artigo da nova constituição democratíssima de Weimar. A luta, vitoriosa na letra da lei constitucional, foi perdida realmente nas ruas, nas fábricas. Os conselhos de empresa tinham, então, uma coloração vermelha, reflexos do braseiro revolucionário dos soviets na Rússia de Lênin e Trotski.

Na Itália,

Antes de Mussolini, comunistas e socialistas, em face a este problema, deram com GRAMSCI a expressão acabada teórica revolucionária desses conselhos (...) Quando, em 1936, em França, com Leon Blum como primeiro-ministro, os operários entraram em greve pelo país inteiro, criando uma modalidade nova de greve, greve com ocupação em massa da empresa. Ao ocuparem as fábricas, os operários não tinham o menor sentimento de atentar contra a propriedade alheia. Era a sua fábrica que ocupavam. Abusavam? dizer que abusavam de seu direito já é reconhecer que tinham um direito (RIPPERT).

Na Europa os aspectos sociais mais profundos da empresa, quer dizer, seu destino em outro modelo de sociedade, tomavam vulto, em virtude do clima revolucionário, anticapitalista, ali preponderante. **A ideia de soviets ainda estava no ar, como a suprema aspiração da classe operária.** Os operários, por seus partidos e líderes, queriam disputar ao capitalista, ao industrial, o domínio sobre a empresa. Todo o poder aos soviets”, lançado então pelos comunistas e socialistas independentes, queria dizer extamente isto: **o controle operário sobre a empresa capitalista.** Aqui, em pé de página, Pedrosa cita Gramsci: “Antonio Gramsci, o líder teórico e revolucionário italiano que passou em prisão, e nela nela morreu, enquanto Mussolini reinava sobre a Itália, em relatório de julho de 1920 sobre ‘o movimento turinense dos conselhos de fábrica’”, assim o descrevia:

[...] os conselhos de fábrica cedo criaram raízes. As massas acolheram voluntariamente esta forma de organização comunista, se juntaram em torno dos comitês executivos e apoiaram energicamente a luta contra a autocracia capitalista... Os conselhos e comitês obtiveram notável êxito: esmagaram os agentes e os espies dos capitalistas, ataram relações de ordem financeira e industrial nos negócios fazendários; concentraram em suas mãos o poder disciplinador e demonstraram às massas desunidas e desagregadas o que significa a gestão direta dos operários na indústria (Gramsci, 1963, p. 46).

Prossegue Mario:

A nova ordem revolucionária socialista viria. Quando a vaga insurrecional na Europa central e na Itália refluíu, a empresa capitalista, campo de batalha decisivo entre classes em conflito – a classe trabalhadora e a patronal – foi largada à sua sorte: voltou a ser a fábrica do patrão. A França da Frente Popular em 1936, onde a vaga revolucionária das massas operárias chegou bem depois, em virtude, provavelmente, dos despojos da vitória terem concorrido para estabilizar a situação econômica do país por mais tempo, e a Espanha, em face do assalto internacional fascista com Franco à frente das tropas mouriscas, foram os últimos palcos políticos onde os soviets voltaram

a ser objeto de luta. Aliás, também em Barcelona, lideradas pela Federação Anarquista, os operários ocuparam as fábricas. Depois veio a guerra, com a ocupação de toda a Europa pelo nazismo e fascismo, e a derrota generalizada de comunistas e socialistas de todos os matizes. O capitalismo em debandada conseguiu reerguer-se no ocidente e inaugurar no pós-guerra fase de verdadeira restauração na Europa, graças em grande parte ao maciço auxílio norte-americano. Deu-se um verdadeiro renascer do capitalismo e nos Estados Unidos a grande corporação ressurgia como o centro de toda a vida econômica do país. Mas o problema da empresa, da corporação, não deixou por isto de existir. desta vez, porém, o que se vê é uma fase de evolução do lado 'de cá, isto é, do lado patronal-capitalista, quando, em outra etapa, ela mera vista do 'lado de lá, isto é, do lado dos 'babaros', ao de fora da cidadela. Da "comuna".

Assim, Pedrosa fecha sua ideia com 'chave de ouro': A Comuna de Paris !